

Reflexões sobre a evolução do nível de vida dos portugueses depois de 1974

António Mil-Homens

1. Antes de 1974, nas Universidades, nas escassas tertúlias intelectuais, nos Congressos da Oposição Democrática, era corrente a verificação de que Portugal era um País cuja população tinha um nível de vida dos mais baixos da Europa, quando os critérios de comparação eram os níveis de consumo per capita. Era também corrente nesses círculos considerar-se o regime de ditadura, velho de quase cinquenta anos, culpado desse estado de coisas.

Bastaria que a ditadura desse lugar à democracia para Portugal entrar na senda do progresso de modo a agarrar o pelotão dos mais desenvolvidos, pensavam alguns, não todos.

Alguns destes, mais cépticos, advogavam que a via que permitiria preencher o fosso teria que ser anti-fascista sem dúvida, mas também anti-capitalista.

Sem entrar agora nos pormenores e nos episódios detalhados sobre os conflitos e contradições em que o poder se moveu em 1974 e 1975 e algum tempo, depois, diremos que o movimento social dominante desse período foi impregnado dessas ideias anti-capitalistas. E desse período que nos vem o que ainda hoje é uma bandeira para muitos e que alguns designam pelas principais conquistas de Abril, a Constituição, as liberdades políticas sindicais, e de expressão do pensamento, as nacionalizações, a reforma agrária.

Mas esse movimento foi derrotado politicamente no Norte e Centro rurais e católicos, e nos centros urbanos onde se concentram os assalariados dos serviços. Rio Maior (e o que ele simboliza) entre Agosto e Outubro de 1975, foi mais importante para derrubar esse movimento do que o Tenente-Coronel Eanes no posto de comando da Amadora.

Descontemos os anos difíceis após 75 em que supostamente os sucessivos governos democráticos tinham a difícil tarefa de gerir a chamada «pesada herança gonçalvista» e fixemo-nos nas eleições de há um ano. O governo que delas saiu teria que ser considerado, à luz dos critérios de antes de Abril de 74, um governo de esquerda: uma coligação governamental constituída por dois partidos que se chamam um Social-Democrata, outro Socialista, só podem dar um governo de esquerda em qualquer outro país da Europa.

Mas não foi isso que a população sentiu em 1983 e em 1984 com o governo da actual coligação, já que a aplicação das famosas 100 medidas se tem traduzido na sistemática propagação da quebra do poder de compra da maioria dos portugueses, isto é do seu nível de vida. E isto, pela primeira vez de forma que consideramos generalizada, depois de 1974.

Pois a coligação de esquerda que nos governa conseguiu convencer a maioria dos portugueses de que era sensato dar-lhes o seu voto.

E conseguiu convencer a maioria dos portugueses que uma política que rotulamos de esquerda, isto é melhoria do seu nível de vida, do seu bem estar em democracia, era má e ineficaz e que, em vez de resolver os problemas da população só os agravaria. Prometeu contrapartidas, por isso convenceu.

Sinteticamente, o governo, o Ministério das Finanças, e os economistas «oficiais» dos dois partidos coligados, convenceram a maioria dos portugueses de que o social, o cultural, o ecológico, etc., são anti-económicos, não são rentáveis. Ora não é esta antinomia, este antagonismo entre o social e o cultural, por um lado, e o económico por outro, uma das caracterizações da política de direita?

O social e o cultural, seriam uma espécie de *desperdício* dos recursos escassos necessários para o Investimento.

Nos últimos tempos este raciocínio tem levado a que se olhe para alguns países como exemplos a seguir de perto (a Coreia do Sul e Hong Kong, por exemplo), como se a pouca importância que aí é dada ao «social» fosse o sagrado dos respectivos sucessos industriais.

Esta ideia encontra um número crescente de adeptos em Portugal e não sei se a maioria dos seus defensores se situa à direita ou à esquerda.

Esta confusão mental, esta confusão teórica, leva a que não haja grandes diferenças, pelo menos qualitativas, entre o diz e faz um Ernâni Lopes, um João Salgueiro, ou um Cavaco Silva, a exemplo do que se passa em França com o Jacques Delors de hoje ou Giscard d'Estaing, ou o que propõe a Sra. Thatcher ou um Sr. Reagan.

Esta mesma concepção levou o Dr. Vítor Constâncio a referir-se publicamente ao Plano 77-80, Plano de Médio Prazo/Manuela Silva (que, como se sabe, se baseava na estratégia de satisfação das necessidades básicas da população, dando tanta importância aos sectores ditos sociais como aos sectores ditos económicos), como «bom para o III Mundo mas não para Portugal» (cito de memória) visto que para ser implementado necessitaria AJUDA EXTERNA a que Portugal não tem acesso. O certo é que nenhuma voz partidária o defendeu e o governo donde emanou sacrificou a sua responsável em negociações de bastidores.

2. Vem-se dizendo, e é hoje quase um lugar comum, que se está num período de crise - de crise económica e de crise da teoria económica, do pensamento económico. O facto de isso ser um lugar comum não toma menos verdadeira a existência da crise. Já é mais difícil definir os seus contornos.

Efectivamente vivemos num período em que cada vez é mais evidente a incapacidade das teorias para explicarem as dificuldades dos tempos presentes: a inflação, o desemprego, a estagnação ou mesmo quebra de produção agrícola, os déficits externos, os déficits governamentais, a economia subterrânea, o endividamento das empresas privada ou pública, a corrupção e o compadrio, a fuga e a fraude fiscais, os salários em atraso e a descapitalização de empresas, as dívidas à Previdência, o não cumprimento dos

contratos, a impunidade, a inoperância das burocracias.

A crise que tem guiado as actuações de política económica dos sucessivos governos democráticos alternantes está patente no facto de que as medidas sempre de cariz conservadas - as políticas de estabilização - anunciadas são contrariadas pelo movimento económico do país e os objectivos propostos são contornados, não são atingidos. A lógica do que se diz querer fazer pode resumir-se numa frase do Dr. Mário Soares quando era Primeiro-Ministro do 1.º Governo Democrático em 1976, e que hoje faz a unanimidade de mais de 80% dos parlamentares: estamos a viver acima das nossas posses.

Logo há que reduzir os consumos (subentendido: o nível de vida). Na realidade só o Ministro Ernâni Lopes o tem feito de forma conseqüente e sistemática. É natural, portanto, que aqueles que pretendem defender o nível de vida, rejeitem tais teorias e tais práticas.

No entanto, de que bagagem (ou bagagens) dispõem?

Temos que ter a franqueza e a humildade de afirmar que a bagagem ainda é pequena. Ou noutros termos, no presente contexto de desequilíbrios, dependências e restrições, em que é que seria diferente da actual política de economia de esquerda?

Os tempos das certezas passaram. Só continuam com certezas os que pensam mecanicamente em função de projectos messiânicos, com objectivos tecnológicos o que conduz a prática sociais e políticas desadequadas porque partem, em vez de unir, as forças sociais sobre cuja dinâmica pode, hoje, vencer a ideia de progresso social e de melhoria da qualidade de vida para a generalidade da população.

Por essa Europa, parte dos protagonistas de Maio de 68 desertou e auto-intitulam-se de «Nova Direita». Por cá, com variadas facetas entre os herdeiros do 25 de Abril, alguns vão propondo estratégias para capitalistas esclarecidos ou iluminados, mas que não existem. Outros profundamente reaccionários, querem o crescimento económico com as condições sociais e políticas do séc. XIX ou da ditadura. Consideram que o socialismo está na gaveta.

Para aqueles que se incorporam no movimento popular do 25 de Abril e para quem os valores do *socialismo* continuam a ser uns padrões de pensamento, de acção de valores éticos e morais, a situação presente é difícil e embaraçosa, visto que é de recuo, de refluxo. Mas é também de reflexão e de pensar criativamente os tempos novos com os ensinamentos do passado. Encontramos poucas teorias particulares que às vezes são analisados brilhantemente, mas poucas teorias gerais capazes de integrar essa multiplicidade. E na minha opinião, o centro dos desafios que se põem à esquerda dos tempos presentes.

Senão, vejamos mais alguns exemplos que estão na origem das perplexidades de alguns economistas portugueses:

- os Ministros das Finanças anunciam políticas de estabilização restritivas, e políticas de «verdade dos preços», inspiradas nas ideias monetaristas dos vulgarmente designados «Chicago Boys» e apadrinhados pelo FMI.

Propõem-nos a diminuição do déficite externo, do déficite das contas do Estado, do emprego no sector público. Tudo isto tem aumentado como se se tratasse de bons keynesianos que pretendem relançar a economia, a produção e o emprego.

Proclamam o saneamento financeiro das empresas; estas, públicas ou privadas, continuam a afundar-se com custos financeiros incompatíveis (o custo do crédito interno ronda os 40% ao ano hoje, e o crédito externo, se for em dólares, deve rondar os 70% a 80% ao ano!)

Os sindicatos, muito justamente, fazem as contas e concluem que o salário real de 1984 é inferior ao de 1973. Verificamos no entanto que os assalariados compram mais automóveis (n.º de matrículas novas sempre crescente desde 1978), compram mais televisores a cores hoje do que a preto e branco em 1973, compram mais aparelhos de alta-fidelidade, rádios, frigoríficos, etc., que em 1973. Em período de crise económica, interna e mundial, foi possível absorver 4 ou 5 centenas de milhar de activos retomados das ex colónias; cessou a emigração de massa e estima-se que hoje o saldo migratório ou é equilibrado ou mesmo negativo; no entanto o desemprego não atinge níveis especialmente mais graves do que nos restantes países da OCDE, nomeadamente Espanha, Itália, Dinamarca, Grã-Bretanha, Irlanda, Canadá, onde se mede a dois dígitos.

O montante das pequenas poupanças, apesar dos consumos, atingiu níveis insuspeitados em 1974, incluindo nos meios rurais (os ourives feirantes e os outros vivem uma época *áurea*) *. Os Depósitos a Prazo, que só em 1983, sem no entanto, parar de subir, desaceleraram, são de um montante incrivelmente elevado:

1270 milhões de contos de Dep. residentes;
640 milhões de contos de Dep. emigrantes;
1910 milhões de contos TOTAL - equivalente ao RN

O que representa um juro superior a 150 milhões de contos no ano de 1983, pouco menos de metade do total de remunerações pagas nesse ano!

Foi ainda nos anos de crise que os assalariados passaram a poder gozar férias e a receber o 13.º e 14.º mês, que se acentuou a tendência para o acesso das mulheres ao mercado do trabalho.

É ainda em período de crise estatística da construção que se vem a descobrir (com o recenseamento de 1981) que o déficite de casas de habitação afinal não é de 700 000 mas de 300 e tal mil;

Sem dúvida que é com a crise que florescem os duplos empregos para acumuladores de cargos públicos e privados, que florescem os negócios de contrabandistas, de açambarcadores, de especuladores, de import-export, e que certas profissões (médicos especialistas, militares, etc.), melhoram os seus rendimentos.

O certo é que esta situação provoca a circulação de muito dinheiro, e toca muitos milhares de pessoas

de tal modo que os níveis gerais de consumos não baixaram, e mesmo melhorou a malha industrial, como mostrou ontem o colega António Romão.

E mais do que isso: enquanto na OCDE o crescimento PIB quase estagnou, em Portugal teve um *crescimento médio* da ordem dos 3,0% ao ano, o que é uma proeza mundial.

Assim as transformações do modelo de consumo em Portugal inserem-se claramente numa estratégia de acumulação de capital de vistas curtas que vem sendo financiada por:

- rendimentos salariais indirectos: remessas;
- juros de Depósitos a Prazo
- emprego da mulher, aumentando o rendimento familiar
- duplo emprego
- isenção de impostos na agricultura
- congelamento das rendas de casa
- acréscimo das transferências (previdência, serviços de saúde, educação, passe social...)
- empolamento de actividades de economia subterrânea, ilícitos ou ilegais, mas de efeitos certos na circulação e geração de rendimentos;

Esta situação representa um enorme volume de recursos que ninguém sabe exactamente quantificar mas que interpela quem disser que se vive hoje pior que em 1973.

Há uma cumplicidade tácita da parte dos muitos cidadãos que recebem rendimentos salariais e outros rendimentos e transferências em só exporem os rendimentos salariais, que, essas, excepto quanto às FAs, baixaram em termos relativos.

Podemos assim dizer que os resultados económicos do 25 de Abril vão em dois sentidos contraditórios:

- o movimento, quanto a mim, claramente dominante que abrange a generalidade dos assalariados, tecnocratas do sector público e privado, gestores, comerciantes e vendedores, muitos industriais, agricultores, camponeses e semi-agricultores/semi-operários, emigrantes regressados ou seus familiares, movimento este que é a principal fonte de expansão dos consumos;
- outra é a situação extremamente dramática de outras camadas da população que conhecem melhor hoje o que é a crise do que teriam conhecido antes do 25 de Abril, ou porque já tiveram esperança e essa frustrou-se ou porque se quebraram os laços de solidariedade familiar ou comunitária que antigamente mitigava algumas dessas situações.

Crise sentem-na fundamentalmente os 100 000 assalariados que têm 20 milhões de contos de salários em atraso por receber; crise para parte dos 450 000 desempregados estatísticos que, por azar, não encontraram um expediente de vida, nem recebem subsídios de desemprego vivendo de esmolas ou de caridade pública; crise para os funcionários públicos que não têm duplo emprego nem outros rendimentos; crise para algum operariado que ganha o salário mínimo nacional ou perto disso e não tem um complemento qualquer; crise para os casais jovens que procuram uma casa para alugar; e também crise para *alguns* senhorios, velhinhos cujo único rendimento é uma renda igualmente velhinha.

Em geral, pode afirmar-se que o desenvolvimento da economia portuguesa nos últimos dez anos proporcionou a muitos cidadãos maiores níveis de consumos no quadro de uma estratégia de acumulação conduzida por certas forças sociais e políticas e que se traduziu no agravamento das dependências e de uma profunda desregulação, sem melhorias sensíveis na qualidade de vida.

A questão central continua a ser a nossa dificuldade em entender as práticas sociais - dos diferentes grupos sociais - que se inscrevem num universo de restrições que é o de acumulação do capital mas conserva um certo grau de autonomia.

Esta preocupação leva-nos a centrar a análise no que se designa por "fordismo" - articulação entre produção e consumo, isto é: modos de vida nas fábricas, nos escritórios, nos campos, as técnicas, a organização do processo de trabalho e o modelo de consumo que se pretende ampliado.

Foi a este modelo "fordista" que o 25 de Abril abriu as portas.

As propostas que nos últimos tempos têm tido uma certa voga (via AIP, por ela aceite e divulgada), em Portugal são tentativas de dar coerência à sua rápida implementação em Portugal, numa época em que, como vimos, a economia portuguesa se encontra profundamente desarticulada.

Resta-nos saber da sua exequibilidade no quadro democrático.

Os elementos teóricos de que dispomos para compreender a dinâmica, e também a cristalização dos movimentos sociais assim desadequados e incapazes de apreender toda a complexidade da configuração das relações de classe, e dos desafios económicos e sociais em torno dos quais as diversas categorias de agentes se confrontam.

Alarga-se o vazio entre os instrumentos teóricos e políticos que serviram melhor ou pior para entender a estrutura das relações sociais do passado e os antagonismos de classe e a diversidade das práticas dos agentes sociais. Surge assim a ideia de originalidade de cada processo histórico. E dentro de cada processo multiplicam-se os casos particulares. E nós corremos sérios riscos de ficarmos desarmados.

Põe-se, portanto, de novo, a questão de passar da multiplicidade de casos particulares para as abstrações da teoria económica, que reduzam a multiplicidade a formulações de validade geral, que tipifiquem situações dominantes, integrando teoricamente, em múltiplas situações.

Encontramo-nos, assim, na necessidade de uma reconstrução teórica que, baseando-se nos conhecimentos do passado, nos indique caminhos para o futuro na via aberta em 25 de Abril de 1974.

* Não esquecer que os agricultores estão quase isentos de impostos e beneficiam hoje de um fluxo de transferências consideráveis.